



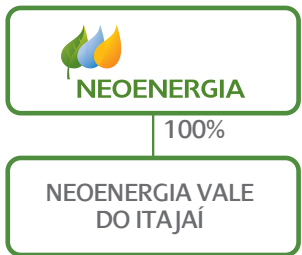
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA VALE DO ITAJAÍ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. 1.1. **Estrutura Societária:** Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Paraná e Santa Catarina, compostas pela Linha de Transmissão Areia – Joinville Sul, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 292 km, com origem na Subestação Areia e término na Subestação Joinville Sul; pela Linha de Transmissão Joinville Sul – Itajaí 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 82 km, com origem na Subestação Joinville Sul e término na Subestação Itajaí 2; Biguaçu, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 63 km, com origem na Subestação Itajaí 2 e término na Subestação Biguaçu; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Itajaí – Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Itajaí – Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Rio do Sul – Indaial, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 51 km, com origem na Subestação Rio do Sul e término na Subestação Indaial; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Indaial – Gaspar 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 57 km, com origem na Subestação Indaial e término na Subestação Gaspar 2; Subestação Joinville Sul 525/230/138 kV, com três bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por dez unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Itajaí 2 525/230/138 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Jaraguá do Sul 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pela Subestação Indaial 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pelo pátio novo em 525 kV na Subestação Gaspar 2 525/230 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$194.157 (Data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado de 22/03/2019.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Oortorga	
LT 525 kV Areia - Joinville Sul	1	525kV	292	01/04/2024		
LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí 2	1	525kV	82	01/04/2024		
LT 525 kV Itajaí 2 - Biguaçu	1	525kV	63	01/04/2024	22/03/2049	
LT's 230 kV Itajaí - Itajaí 2	1	230kV	20	01/04/2024		
LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial	2	230kV	51	01/08/2023		
LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2	2	230kV	57	01/08/2023		

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	capacidade transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Oortorga	
SE Joinville Sul	-	525/230/138 kV	3x672	01/04/2024		
SE Itajaí 2	-	525/230/138 kV	2x672	01/04/2024		
SE Gaspar 2	-	525/230 kV	2x672	01/01/2024	22/03/2049	
SE Jaraguá do Sul	-	230/138 kV	2x225	01/02/2024		
SE Indaial	-	230/138 kV	2x225	01/08/2024		

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos com um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2021	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021 (R\$ Mil)'	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022 (R\$ Mil)'
LT 525 kV Areia - Joinville Sul				
LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí 2				
LT 525 kV Itajaí 2 - Biguaçu				
LT's 230 kV Itajaí - Itajaí 2				
LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial				
LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2	45%	580.317	52%	718.954
SE Joinville Sul				
SE Itajaí 2				
SE Gaspar 2				
SE Jaraguá do Sul				
SE Indaial				

' A Companhia acompanha o investimento por lote e não por LT/SE.

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$194.157.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras						
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 525 kV Areia - Joinville Sul		23.092	23.092			
LT 525 kV Joinville Sul - Itajaí 2		23.092	23.092			
LT 525 kV Itajaí 2 - Biguaçu		23.092	23.092			
LT's 230 kV Itajaí - Itajaí 2	100%	23.092	23.092	2024	Junho	IPCA
LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial		5.734	5.734			
LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2		5.734	5.734			

Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras						
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
SE Joinville Sul		23.092	23.092			
SE Itajaí 2		23.092	23.092			
SE Gaspar 2	100%	25.163	25.163	2024	Junho	IPCA
SE Jaraguá do Sul		13.242	13.242			
SE Indaial		5.734	5.734			

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro				
	2022	2021	RS	%
DRE (R\$ mil)				
(+) Receita líquida	910.276	500.083	410.193	82%
MARGEM BRUTA	910.276	500.083	410.193	82%
(+) Custos de construção	(718.954)	(580.317)	(138.637)	24%
(+) Outros custos	(2.487)	(958)	(1.529)	160%
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(2.190)	(1.505)	(685)	46%
= Despesa Operacional	(723.631)	(582.780)	140.851	24%
EBITDA	186.645	(82.697)	269.342	-326%
(-) Depreciação	(114)	(64)	(50)	78%
(-) Resultado Financeiro	(46.708)	(7.142)	(39.566)	554%
(-) IR/CS	(47.541)	(30.567)	(78.108)	-256%
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO	92.282	(59.336)	151.618	-256%

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 910.276 mil, +82% vs. 2021 e -R\$ 723.631 mil, +24% vs. 2021, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 186.645 mil, redução de 326%, em relação ao ano de 2021. O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 46.708 mil em 2022 (554% vs. 2021), devido principalmente a contratação de novos financiamentos em 2022 e à despesa com encargos financeiros, impactada pela variação do IPCA em relação ao ano anterior. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2022 de R\$ 92.282 mil, um aumento de 256% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. **Perfil da Dívida:** Em dezembro de 2022, a dívida bruta da Companhia, incluindo debêntures e encargos, foi de R\$ 1.146.087 mil (dívida líquida R\$ 405.035 mil). Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 100% da dívida contabilizada no curto prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Vale do Itajaí, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Vale do Itajaí e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Vale do Itajaí. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Vale do Itajaí sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	3	910.276	500.083
Custos dos serviços		(721.441)	(581.275)
Custos de construção	4	(718.954)	(580.317)
Custos de serviços	5	(2.487)	(958)
Lucro (prejuízo) bruto		188.835	(81.192)
Despesas gerais e administrativas	5	(2.304)	(1.569)
Lucro (prejuízo) operacional		186.531	(82.761)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	12.533	5.201
Despesas financeiras	6	(17.540)	(4.469)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(41.701)	(7.874)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		(46.708)	(7.142)
Tributos sobre o lucro		139.823	(89.903)
Diferido	7.1.1	(47.541)	30.567
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		92.282	(59.336)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação do capital – RS:	14.2	0,12	(0,13)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	92.282	(59.336)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(26)	19
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	9	(6)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(17)	13
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	3.308	(5.333)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1.125)	1.812
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	2.183	(3.521)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	2.166	(3.508)
Resultado abrangente do exercício	94.448	(62.844)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	364.502	3.100	(433)	-	-	(3.508)	-	363.661
Capital integralizado	593.654	-	-	-	-	-	593.654	593.654
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	92.282	92.282
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	2.166	-	2.166
Destinação do lucro líquido (nota 14.2.b):								
Reserva legal	-	4.614	-	-	-	-	(4.614)	-
Reserva especial de dividendos	-	-	-	21.917	-	-	(21.917)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	433	-	-	-	(433)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	65.318	-	(65.318)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	958.156	7.714	-	21.917	65.318	(1.342)	-	1.051.763
Saldos em 31 de dezembro de 2020	281.653	3.100	58.903	-	-	-	-	343.656
Capital integralizado	82.849	-	-	-	-	-	82.849	82.849
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(59.336)	(59.336)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(3.508)	-	(3.508)
Destinação do lucro líquido (nota 14.2.b):								
Reserva de lucros a realizar	-	-	(59.336)	-	-	-	59.336	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	364.502	3.100	(433)	-	-	(3.508)	-	363.661

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado do São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Paraná e Santa Catarina, compostas pela Linha de Transmissão Areia - Joinville Sul, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 292 km, com origem na Subestação Areia e término na Subestação Joinville Sul; pela Linha de Transmissão Joinville Sul - Itajaí 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 82 km, com origem na Subestação Joinville Sul e término na Subestação Itajaí 2; Biguaçu, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 63 km, com origem na Subestação Itajaí 2 e término na Subestação Biguaçu; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Itajaí - Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Itajaí - Itajaí 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajaí e término na Subestação Itajaí 2; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Rio do Sul - Indaial, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 51 km, com origem na Subestação Rio do Sul e término na Subestação Indaial; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Indaial - Gaspar 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 57 km, com origem na Subestação Indaial

e término na Subestação Gaspar 2; Subestação Joinville Sul 525/230/138 kV, com três bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por dez unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Itajaí 2 525/230/138 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Jaraguá do Sul 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pela Subestação Indaial 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pelo pátio novo em 525 kV na Subestação Gaspar 2 525/230 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$194.157 (Data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado de 22/03/2019. 1.1. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e teouraria. 1.1.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, dire-

trizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado a moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil de sejeado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

NEOENERGIA VALE DO ITAJAÍ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.452/0001-67 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.1.2. **Gestão de riscos de mercado:** **Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities** metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. 1.1.3. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocações preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 12). 1.1.4. **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. 1.1.5. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Ratings de longo prazo em escala nacional¹	Moody's	Fitch
Banco do Brasil	-	AA
Itaú	AAA	AAA

1.2. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Riscos de Engenharia - Subestações e Usinas	30/06/2021 a 30/07/2024	309.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 14 de fevereiro de 2023. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.1	Tributos sobre o lucro diferidos
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
13	Provisão para processos judiciais
16.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: a) **Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37/CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa 01/01/2022, aplica-deve incluir ao avaliar se um contrato é one-ção retrospectiva ros. Os custos diretamente relacionados ao com regras especumprimento do contrato devem ser consi-cíficas. derados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados a operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. b) **Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2022	2021
Construção de infraestrutura da concessão	874.824	493.435
Remuneração do ativo contratual	128.235	57.621
Receita operacional bruta	1.003.059	551.056
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(92.783)	(50.973)
Receita operacional líquida	910.276	500.083

3.1. Deduções da receita bruta

	2022	2021
Tributos gerais		
PIS e COFINS - diferidos	(92.783)	(50.973)
Total	(92.783)	(50.973)

3.2. **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para a viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13% a.a. e 18% a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 11,5% a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2022	2021
Pessoal e benefícios a empregados	(114.468)	(12.059)
Material	(397.321)	(168.603)
Serviços de terceiros	(158.973)	(355.140)
Outros	(48.192)	(44.515)
Total	(718.954)	(580.317)

5. CUSTOS DE SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022		
	Custos de serviços	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(2.421)	(1.602)	(4.023)
Serviços de terceiros	(34)	(334)	(368)
Depreciação e amortização	-	(114)	(114)
Impostos, taxas e contribuições	-	(2)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas	(32)	(252)	(284)
Total	(2.487)	(2.304)	(4.791)

	2021		
	Custos de serviços	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(952)	(1.244)	(2.196)
Serviços de terceiros	-	(117)	(117)
Depreciação e amortização	-	(64)	(64)
Outras receitas e despesas, líquidas	(6)	(144)	(150)
Total	(958)	(1.569)	(2.527)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	13.071	5.585
PIS e COFINS sobre receita financeira	(618)	(397)
Atualização de depósitos judiciais	3	2
Outras receitas financeiras	77	11
	12.533	5.201
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(17.435)	(4.453)
Outras despesas financeiras	(105)	(16)
	(17.540)	(4.469)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - dívida	(106.309)	(42.912)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - dívida	107.438	6.705
Perdas com instrumentos financeiros derivativos - Nota 12.4.b	(117.900)	(10.767)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos - Nota 12.4.b	75.190	39.266
Perdas com variações cambiais e monetárias	(261)	(172)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	141	6
	(41.701)	(7.874)
	(46.708)	(7.142)

Resultado financeiro, líquido

⁽¹⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA) e apropriação dos custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

7.1. **Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. 7.1.1. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	139.823	(89.903)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(47.541)	30.567
Tributos sobre o lucro	(47.541)	30.567
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferido	(47.541)	30.567

7.1.2. **Tributos diferidos ativos e passivos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	IR/CSLL	2022	2021
Ativo			
Provisão para participação nos lucros e resultados		481	773
Prejuízo fiscal e base negativa		20.982	3.368
Outros		947	1.876
Total diferenças temporárias - ativo		22.410	6.017
Passivo			
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato		(70.634)	(5.584)
Total diferenças temporárias - passivo		(70.634)	(5.584)
Tributos sobre o lucro diferidos, líquido		(48.224)	433

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	433	(31.940)
Efeitos reconhecidos no resultado	(47.541)	30.567
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(1.116)	(1.806)
Saldo final do exercício	(48.224)	(4.333)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2030 e 2033
Ativo fiscal diferido, líquidos	22.410

7.1.3. Tributos correntes ativos:

	2022	2021
Imposto de Renda - IR	4.299	1.342
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4	8
Ativo	4.303	1.350
Circulante	4.299	1.350
Não circulante	4	-

7.1.4. **Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. 7.2. **Outros tributos a recolher:**

	2022	2021
Programa de Integração Social - PIS ⁽¹⁾	32.238	15.642
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ⁽¹⁾	148.567	72.057
Outros	7.600	3.711
Total outros tributos a recolher	188.405	91.410
Circulante	7.920	3.747
Não circulante	180.485	87.663

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	17.102	118
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	202.526	-
Fundos de investimento	438.007	44.975
	657.635	45.093

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,3% do CDI (99,3% em 31 de dezembro de 2021). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2022	2021
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	438.007	44.975
	438.007	44.975

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Saldo do ativo contratual	1.950.766	947.707
Circulante	14.494	7.190
Não circulante	1.936.272	940.517

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	947.707	396.651
Construção de infraestrutura da concessão	874.824	493.435
Remuneração do ativo contratual	128.235	57.621
Saldo final do exercício	1.950.766	947.707

Durante o exercício de 2022 a Companhia efetuou adiantamentos a fornecedores no montante R\$91.741 (R\$34.415 em 2021), que serão utilizados na construção das linhas de transmissão, 9.1. **Política contábil:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes

A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de hedge são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **Estimativa e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 16.3 e 16.8, respectivamente.

13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Provisão para processos judiciais cíveis	2022	2021
Provisão para obrigações ambientais (i)	117.676	90.248
	1.668	-
	119.344	90.248
Não circulante	119.344	90.248

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação. **13.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:** a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

Saldo no início do exercício	2022	2021
Adições e reversões, líquidas	90.248	49.329
Atualizações monetárias	11.850	26.262
Saldo no final do exercício	117.676	90.248

b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

Processos cíveis (i)	2022	2021
Processos trabalhistas (ii)	1.108	-
Processos fiscais (iii)	146	-
	12	10
	1.266	10

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m.. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

Processos cíveis	2022	2021
Processos trabalhistas	89.691	73.820
Processos fiscais	42	34
	89.733	73.854

13.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$958.156 (R\$ 364.502 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 958.155.818 ações ordinárias (455.174.998 em 31 de dezembro de 2021), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		
	Otd.	%	R\$
	958.156	100%	958.156
Total	958.156	100%	958.156

14.2. Lucro por ação e remuneração do acionista: a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	92.282	(59.336)
Média ponderada de ações em poder do acionista	796.710	455.175
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	0,12	(0,13)

b) **Remuneração ao acionista:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. Conforme artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

Lucro (prejuízo) do exercício	2022	2021
Reserva legal	92.282	(59.336)
Lucro (prejuízo) ajustado	87.668	(59.336)
Absorção do prejuízo do exercício com realização da reserva de lucros a realizar	-	59.336
Destinação para reserva especial de dividendos não distribuídos	(21.917)	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	(65.318)	-
Destinação para reserva de lucros a realizar	(433)	-
Lucro (prejuízo) a distribuir	-	-

c) **Outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de R\$2.166 (R\$3.508 em 2021). **14.3. Reservas de lucros:** a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. b) **Reserva de lucros**

a **realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas. c) **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. d) **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da Companhia, conforme previsto na legislação. **14.4. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) prestação serviços de construção; (ii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **15.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Ativo		
Compartilhamento de pessoal ^(b)	14	19
	14	19
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar ^(a)	1.173	307
Compartilhamento de pessoal ^(b)	649	101
	1.822	408

15.2. Transações com partes relacionadas:

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Resultado do exercício		
Despesas gerais e administrativas ^(b)	(1.985)	(254)
	(1.985)	(254)

15.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de serviço de construção prestados pela Elektro O&M. (b) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia.

	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício
(a)	Elektro O&M	construção	IPCA	5 Anos 2026	(1.173)	(963)

15.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021			
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	219.628	-	438.007	118	-	44.975
Títulos e valores mobiliários	9.655	-	-	8.602	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	23.176	-
Outros ativos financeiros	14	-	-	19	-	-
	229.297	-	438.007	8.739	23.176	44.975
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	233.199	-	-	171.156	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.146.087	-	-	405.035	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	20.714	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	15.962	-	-	11.910	-	-
	1.395.248	20.714	-	588.101	-	-

CA - Custo amortizado
VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes
VJR - Valor justo por meio do resultado

16.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são impactados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.8 (análise de sensibilidade). **16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	438.007	438.007	44.975	44.975
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	23.176	23.176
	438.007	438.007	68.151	68.151
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	20.714	20.714	-	-
	20.714	20.714	-	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **16.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil justo (nível 2)	Estimativa de valor justo (nível 2)	Saldo contábil justo (nível 2)	Estimativa de valor justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	1.146.087	1.116.057	405.035	385.217

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equi-

valentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **16.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • **Custo amortizado (CA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • **Valor justo por meio do resultado (VJR):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.6. Métodos e técnicas de avaliação:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da curva dos títulos da Companhia. **16.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para RS as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em RS atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a fluxo de caixa:

	Valor de referência		Vencimento	Valor justo	
Swap US\$ pré vs RS pós	2022	2021	(Ano)	2022	2021
Ativo	US\$ 39.681	US\$60.568	2023	206.094	333.958
Passivo	RS 208.525	RS309.499	2023	(209.420)	(310.792)
Exposição líquida				(3.326)	23.166

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Iene: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para RS as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em RS atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

	Valor de referência		Vencimento	Valor justo	
Swap JPY pré vs RS pós	2022	2021	(Ano)	2022	2021
Ativo	JPY	-	2023	303.251	-
Passivo	R\$ 318.948	-	-	(320.638)	-
Exposição líquida				(17.387)	-

16.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022 - **Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.** - **Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.** A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

	Cenário Provável		Impacto Cenário (II)		Impacto Cenário (III)	
Operação	Moeda	Risco	Exposição (Saldo/Nocional)	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)

Divida em Dólar	Dólar	Alta do (US\$)	5,2177	(206.619)	(213.160)	(31.974)	(63.948)
Swap Ponta Ativa em Dólar				206.094	212.616	31.893	63.785
Exposição Líquida				(525)	(544)	(81)	(163)
Divida em Iene	Iene	Alta do (JPY)	0,0396	(301.620)	(312.211)	(46.831)	(93.663)
Swap Ponta Ativa em Iene				303.251	313.899	47.085	94.170
Exposição Líquida				1.631	1.688	254	507

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

	Exposição		Cenário Provável		Impacto Cenário (II)		Impacto Cenário (III)	
Operação	Índice	Risco	Taxa no exercício	Saldo (Nocional)	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	

Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	220.687	27.280	(4.092)	(8.184)
Passivos financeiros							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(530.058)	(78.391)	(11.759)	(23.517)
Divida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(657.163)	(66.652)	(4.386)	(8.772)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro	Luciana Maximino Maia
Diretor	Diretora

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo - CRC-SP-338760/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduz